



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021 – MANDATO 2017-2021

--- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja a mesa foi composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal Fernando Louro, que foi secretariado pela 2.ª secretária, senhora Fernanda Fragoso Garnel e pelo secretário, senhor João Osório. -----

---Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---1. João Pedro Antunes Osório (CDU).-----

---2. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

---3. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

---4. Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel (CDU).-----

---5. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU).-----

---6. Ana Rodrigues D`Almeida. (CDU).-----

---7. Nuno António de Oliveira Prates (CDU).-----

---8. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS) - videoconferência -----

---9. Abel Ferreira Melro Pedro (PS) - videoconferência -----

---10. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS) - videoconferência -----

---11. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS) - videoconferência -----

---12. Carlos Alberto Dias Marques (PS).videoconferência -----

---13. Ana Rita Monteiro Marques (PS) - videoconferência -----

---14. Ana Margarida Céu (PS) - videoconferência -----

---15. Armindo Pinto Batata (MUDA).-----

---**Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:**-----

---1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

---2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

---3. Vereadora Casimira Pereira Alves.-----

---4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

---5. Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes - videoconferência -----

--- **A ordem do Dia foi a seguinte:**-----

--- **Ponto 01: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artº 25 da lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Para Conhecimento.** -----

--- **Ponto 02: Apreciação do Relatório Anual de Atividade de 2020 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Para Conhecimento.** -----

--- **Ponto 03: Proposta Aprovação da Versão Final do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Alpiarça. Município de Alpiarça; Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----

--- **Ponto 04: Apreciação e votação da - Proposta Extinção de Unidade Orgânica de 3º Grau e Criação e Unidades Orgânicas de 4º Grau. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----

--- **Ponto 05: Apreciação e votação da Proposta – Aprovação de Projeto de Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça e 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2021. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta.** -----

--- **Ponto 06: Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 28 de Fevereiro, 24 e 27 de Abril, 26 de Junho, 27 de Setembro de 2019, 28 de Fevereiro, 26 de Junho 25 de Setembro e 18 de Dezembro de 2020. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 07: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. Para deliberação.** -----

--- A sessão foi aberta pelo senhor Presidente da Mesa eram vinte horas e cinquenta e um minutos. -----

--- O senhor Presidente da Mesa começou por dizer que, da sua parte, era uma estreia estar a trabalhar em videoconferência e solicitou a todos que procurassem ajudar na realização da Assembleia Municipal, no sentido de que não falassem todos ao mesmo tempo. Informou que da parte da CDU, estavam ausentes a senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha e o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas, que foram substituídos pelo senhor Deputado Municipal Nuno Prates e pela senhora Deputada Municipal Ana Rodrigues D'Almeida. Continuou a intervenção, dizendo que da parte da Câmara Municipal estava presente o senhor Presidente da Câmara Municipal e todos os senhores Vereadores, três presencialmente e uma por videoconferência. De seguida, solicitou ao senhor Deputado Municipal João Osório que, como habitualmente, substituísse na Mesa a senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha. -----

---**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- De seguida, questionou se da parte do público alguém se pretendia inscrever para intervir, não tendo havido inscrições no primeiro período de intervenção do público.-----

---**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. -----

---O senhor Deputado Municipal Armindo Batata pediu a palavra, para dizer que tinha recebido o parecer jurídico da CCDRLVT, que concluía que a nomeação arbitrária do elemento para a Mesa era ilegal, e por isso era necessário eleger pessoas para a Mesa, em caso de substituição dos seus membros. -----

---O senhor Presidente da Mesa respondeu que o procedimento sempre tinha sido aquele e, como tal, não via que o tivesse que mudar a seis meses das eleições.-----

---O senhor Deputado Municipal Armindo Batata referiu que devia ser adotado o procedimento correto, no sentido dos elementos da Mesa serem eleitos de acordo com o que constava no Regimento, e não nomeados arbitrariamente pelo senhor Presidente da Mesa, mas como estavam a seis meses do fim do mandato, não iria fazer deixar de assistir à Assembleia Municipal, nem pedir junto do Ministério Público que fosse anulado tudo o que se passasse naquele órgão, pois queria levar a democracia até ao fim, na medida do possível e por isso, não levantava mais nenhuma objeção.-----

--- O senhor Presidente da Mesa pediu ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata para que lhe enviasse o parecer que tinha em seu poder, frisando contudo que a Assembleia Municipal de Alpiarça não estava dependente hierarquicamente da CCDRLVT. -----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, registando que a nomeação dos elementos da Mesa não era arbitrária, mas feita de acordo com a vontade dos membros da Assembleia, já que o senhor Presidente da Mesa tinha posto o assunto à consideração de todos, e como tal, ninguém se tinha oposto à nomeação do senhor Deputado Municipal João Osório para integrar a Mesa. -----

---O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que congratulou a Câmara Municipal, todo Executivo e principalmente os trabalhadores da Autarquia, pela forma como tinha decorrido todo o ato eleitoral para a eleição do Presidente da República, dizendo que tinha sido com grande agrado que tinha feito parte das mesas e tinha assistido ao apoio que tinha sido dado pela Câmara Municipal e pelos trabalhadores, para que tudo corresse bem e dentro das normas sanitárias impostas pela pandemia.-----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Ana Rita Marques, que falou sobre o programa que tinha sido feito no Museu, questionando o porquê da Câmara Municipal ter pago a uma empresa para prestar aquele serviço, uma vez que, o Museu tinha os recursos humanos necessários para efetuar a visita sem parcerias com empresas e como tal, não compreendia qual era a mais valia que se estava a retirar daquela parceria. -----

---O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo, que como habitualmente, deu nota da atividade da Junta de Freguesia, explicando que no início do ano tinham recuperado a capela do cemitério velho, nomeadamente uma parte do telhado, mas entretanto com o mau tempo tiveram que abandonar os trabalhos, pretendendo reiniciar a obra na Primavera. Disse que se tinha

iniciado o plano de atividades para 2021, com a construção duma casa de banho no Edifício Visconde Barroso, adaptada para pessoas com mobilidade reduzida, pois era o único espaço da Junta de Freguesia que ainda não tinha uma casa de banho adaptada, estando a obra já em fase de conclusão. Continuou a intervenção, dizendo que iria ser publicado um edital referente ao jazigos abandonados no cemitério velho, à semelhança do que tinha sido feito com as sepulturas, para que após decorridos os prazos, os mesmos pudessem ser declarados proscritos a favor da Junta de Freguesia. Referiu que iriam continuar com o serviço de apoio na verificação e validação de faturas, bem como no envio das declarações de IRS e que tinha sido adquirida no início do ano uma viatura usada de nove lugares, que era um tipo de viatura fechada que a Junta de Freguesia não tinha. Falou na parte do apoio social, referindo-se ao projeto da recolha de móveis e de eletrodomésticos, e explicando que praticamente todas as semanas recolhiam e distribuíam bens desta natureza e informou que as doações já estavam a ultrapassar os limites do Concelho, pois já havia pessoas de fora a doarem móveis em muito bom estado, que eram logo aproveitados por outras pessoas que os solicitavam, em especial uma comunidade imigrante que não tinha nada e tinha crianças, muitas vezes, a dormir no chão. Terminou, dizendo que tinham aumentado os pedidos de apoio em relação à alimentação e que também tinham socorrido algumas pessoas naquele sentido, pois eram pessoas que estavam na transição entre terem perdido o emprego e começarem a receber algum apoio da parte do Estado ou até arranjar outro emprego e como tal, tinham ficado sem rendimentos sequer para comer.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que questionou se existia algum problema com o correio eletrónico do executivo da Câmara Municipal, mais concretamente do senhor Presidente da Câmara. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que começou por dizer que nunca era demais destacar as medidas que o executivo tinha tomado, naquela fase mais difícil da pandemia, sobretudo através de ações de desinfeção feitas em vários locais do Concelho, quer públicos, quer privados e que tinham sido feitas pelos Bombeiros Municipais, com a colaboração da Comissão Municipal de Proteção Civil, sempre que necessário ou a pedido de alguma instituição ou empresa. Continuou, referindo que não podia deixar de valorizar os funcionários dos serviços da Autarquia, que mesmo nas alturas mais difíceis, nunca tinham deixado de fazer atendimento ao público, nem de fazer os outros serviços que havia para fazer, nomeadamente, os serviços exteriores da Câmara Municipal, que estavam a fazer um trabalho extraordinário na limpeza do Concelho, na melhoria da sua imagem, na recolha do lixo, e como tal, mereciam ser destacados. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Filomena Rúbio, que em relação ao ensino à distância, questionou como estava a decorrer a situação no Agrupamento de Escola José Relvas e se tinha sido necessário algum apoio por parte da Autarquia. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Nuno Prates, que congratulou o executivo e em particular a vereação da cultura, pelas as atividades que tinham sido desenvolvidas num momento tão difícil

para todos, permitindo que continuasse a existir cultura em Alpiarça, através de atividades online, que eram marcantes para o Concelho. Destacou o trabalho da Biblioteca Municipal, que continuava a desenvolver um conjunto de atividades interessantes e importantes para um público diversificado, bem como da Casa dos Patudos, que tinha desenvolvido um conjunto também importante de atividades, que eram sem sobre de dúvida, muito importantes para a divulgação do património de Alpiarça. Referiu que tinha sido com grande agrado, que a Casa dos Patudos tinha sido convidada para integrar o Ciclo de Conferências Peça Chave, pois tinham sido convidados vários dos melhores Museus de Portugal e a Casa dos Patudos era um desses Museus. Disse que, enquanto Conservador da Casa, tinha apresentado as melhores peças da coleção, e que era um orgulho para todos os Alpiarcenses ter a Casa dos Patudos naquele Ciclo de Conferências intitulado Peça Chave. Explicou que estava a ser cumprindo o lema da Direção Geral Património Cultural, “*os museus estão on estão em atividade*”, pelo que se pretendia ter um Museu vivo e não um Museu encerrado dentro de si, para que fosse possível continuar a ter cultura em Alpiarça.-----

---O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Margarida Céu, que começou por referir que a Ordem dos Médicos tinha defendido a realização de testes rápidos, para todos os elementos das mesas de voto de todo o país, sendo que alguns municípios tinham optado por testar os elementos das mesas de voto, evitando assim colocar em risco outras pessoas e os próprios elementos, pelo que entendia que deveria ter sido dada essa hipóteses em Alpiarça a quem estivesse interessado, até porque se verificou que alguns elementos de algumas mesas tinham testado positivo no dia seguinte. Esclareceu que se estava a falar da quantia de seiscentos e setenta e cinco euros (675€), pelo que questionava por que motivo não tinha sido essa uma opção do Executivo, questionando também quais tinham sido os custos envolvidos no carnaval virtual.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que começou por dizer que faltavam seis meses para o termo do mandato e as obras das escolas continuavam sem ser iniciadas, pelo que queria saber se já havia alguma data prevista para tal início e se ainda ocorreria naquele mandato. Continuou, dizendo que tinha consultado a página da internet do Município e tinha verificado que não havia na mesma qualquer informação à população sobre a situação da pandemia no Concelho de Alpiarça, sendo que na página do cidadão Mário Pereira todos os dias era feita uma comunicação à população, sempre igual nas recomendações, mudando apenas os números, e como tal, enquanto munícipe gostaria naquela fase mais grave, de ter visto uma comunicação do senhor Presidente da Câmara Municipal em que frisasse mais a necessidade de cada um se proteger a si próprio e de proteger os outros, porque no fundo a conversa com que terminava era sempre a mesma, quer existissem seis casos, quer houvessem cinquenta e tal. Disse que, no seu entender, os munícipes não tinham que consultar a página pessoal do senhor Presidente, e que embora reconhecesse o esforço de terem sido publicados diariamente na página pessoal os dados, gostaria de ver esses dados na página do Município, e por outro lado, gostaria que efetivamente tivesse havido algum esforço de sensibilização das pessoas de uma maneira mais veemente, sobretudo na-

quela fase em que a situação foi bastante grave.-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por agradecer aos funcionários do Município de Alpiarça presentes, por permitirem a possibilidade de manter aquela sessão da Assembleia Municipal em dois registos diferentes, com os riscos que aquilo acarretava para o bom funcionamento trabalhos. De seguida, salientou com agrado a intervenção da eleita Anabela Costa, relativa ao papel dos trabalhadores do Município de Alpiarça na preparação, acompanhamento na higienização, transporte, etc, que tinha permitido que o ato eleitoral para a Presidência da República tivesse corrido bem, tendo também agradecido em nome pessoal e do executivo aos membros das mesas e aos delegados das forças dos candidatos, pois também tinham dado um contributo muito importante, para que as coisas tivessem corrido da melhor forma. Respondendo à questão da senhora Deputada Municipal Ana Rita Marques, disse que no essencial a mesma tinha sido respondida pelo senhor Deputado Municipal Nuno Prates, pelo que destacava apenas o facto daquele Ciclo de Conferências ter contado com a participação da Casa dos Patudos, de forma totalmente gratuita, através dum convite que tinham procurado honrar. Disse que, em nome do executivo, pretendia salientar o papel da Junta de Freguesia e o apoio que mesma dava às pessoas que tinham necessidades, apoiando as diversas instituições do Concelho e as famílias, nalguns casos também em conjunto com a Câmara Municipal. Relativamente à questão do senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, explicou que não tinha conhecimento de haver qualquer problema com o seu correio eletrónico, mas iria tentar perceber com os serviços informáticos da Câmara Municipal. Registou também a satisfação pela intervenção e pelas considerações feitas pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, no sentido de valorizar os trabalhadores e o empenho do pessoal do Município e da Freguesia naquele processo. Quanto ao ensino à distância e ao processo que estava a decorrer, frisou que a Autarquia acompanhava com proximidade a situação da Direção do Agrupamento, junto dos trabalhadores, que eram também trabalhadores da Câmara Municipal, através do executivo municipal e dos Gabinetes de Educação e Ação Social, procurando perceber como é que as coisas estavam a correr e ainda antes do processo de se ter iniciado, tinham dado andamento a um conjunto de diligências, sempre em articulação com a Direção do Agrupamento de Escolas José Relvas, no sentido de proceder ao levantamento das necessidades dos alunos, nomeadamente, em termos de equipamentos e materiais informáticos, que permitissem a todos aceder à modalidade do ensino à distância. Explicou que a Câmara Municipal tinha disponibilizado os computadores que tinha e que era possível fornecer, através de um protocolo semelhante ao que tinha sido assinado no ano anterior, no primeiro período de confinamento, pelo que tinham sido entregues cinquenta e um computadores, com acesso à Internet e noutra área distinta, tinham sido confeccionadas e fornecidas refeições não apenas aos alunos da responsabilidade do Município, mas também a alunos de outros ciclos de ensino, cuja competência não era da Autarquia. Frisou que escola, naquele processo, estava a fazer um trabalho essencial de apoio direto às crianças e jovens do Concelho, com o realce naturalmente para a questão do ensino à distância. --- Continuou a intervenção, explicando que ao nível da área cultural existiam muitas limitações, que estavam à

vista de todos, pelo que era importante que quer a Casa dos Patudos, quer a Biblioteca Municipal estivessem a procurar fazer o seu papel, que nunca substituiria uma situação de presença física das pessoas nos eventos, mas que permitia que continuasse a haver cultura e como tal, era de salientar o esforço dos trabalhadores. Quanto à questão da realização de testes aos membros das mesas de voto, explicou que não lhe parecia que fosse algo que se exigisse às Câmaras Municipais, pois a haver uma orientação para testar os elementos das mesas de voto, a mesma teria de sair da administração central, do Ministério Administração Interna, que era quem em última instância organizava as eleições, e portanto não tinha havido uma orientação nesse sentido. Em relação às questões colocadas pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito, frisou que já se tinham iniciado as obras na Escola EB1/Jardim de Infância de Frade de Baixo, que estavam a decorrer bem, sendo que tal obra estava naturalmente prevista, tinha sido objeto de candidatura aprovada e seria financiada por fundos estruturais, no âmbito da contratualização que os Municípios da Lezíria do Tejo estabeleceram com a autoridade de gestão e com os gestores nacionais dos fundos comunitários. Referiu que estava previsto, para muito breve, o arranque das obras na escola EB1/JI de Alpiarça, na Avenida Carlos Relvas, embora não pudesse ainda precisar o dia, sendo que tal obra tinha um peso financeiro maior, pois era uma escola com outra dimensão, mas também tinha sido objeto de candidatura aprovada com financiamento assegurado a 85%. Disse que a o processo da empreitada da Escola EB2,3/Secundária José Relvas, estava em fase de assinatura de contrato com a empresa que tinha ganho o concurso público, mas tinha havido uma reclamação, de uma das empresas que tinha ficado nos lugares seguintes no concurso, e portanto, ainda estavam na fase de responder às questões levantadas na reclamação, pelo que logo que fosse possível, iriam continuar o processo com o envio do mesmo ao tribunal de contas. Em relação às preocupações demonstradas pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito quanto à ação comunicacional do Município, explicou que a informação sobre a pandemia aparecia na sua página pessoal, pois como já tinha tido oportunidade de explicar, numa primeira fase quando o processo se iniciou, ninguém sabia muito bem como fazer, o tempo que aquilo ia durar, a gravidade que teria, embora se perspetivasse que seria elevada, pelo que em muitas situações foram os presidentes de câmara que assumiram nas suas páginas pessoais o reporte das informações, antes de transformar tudo num assunto demasiado institucional, ou seja, tinha havido aquela abordagem que depois dificilmente se mudaria. Explicou que o assunto até tinha sido discutido entre os presidentes de câmara e outros autarcas, outras pessoas envolvidas no processo, e tinham concluído que qualquer alteração na lógica de comunicação, no modelo, na forma seria sempre potencialmente arriscada, ou pelo menos poderia criar alguma confusão por parte dos cidadãos, e portanto tinha sido aquela a lógica que se tinha mantido desde Março de 2020, pelo que todos os dias colocava a informação o mais objetivamente possível, com todos os cuidados para garantir a privacidade, para não criar alarme social, bem pelo contrário, procurando acalmar também a forma das pessoas olharem para o problema. Quanto ao repetição do texto, referiu que não tinha criatividade para mais, não conseguia todos os dias criar um texto diferente, sendo que aquilo que queria dizer era o mesmo, portanto, não sabia se a preocupação da senho-

ra Deputada seria o facto do Presidente da Câmara apelar à solidariedade, ao entendimento, à cooperação entre as pessoas, mas no seu entender nunca era demais fazê-lo. Disse que podia ter outra atitude de culpar as pessoas, de disparar em todas as direções, mas não era essa a sua responsabilidade, não era essa a obrigação, muito pelo contrário, de um eleito Presidente da Câmara, de um eleito em qualquer órgão do poder do Estado. Esclareceu que entendia que a comunicação tinha funcionado bem e que os dados relativamente à evolução da pandemia covid-19, tinham sido sempre publicados de forma objetiva. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Casimira Alves, que começou por dizer que tinha assistido à videoconferência sobre as Peças Chave, apresentada pelo Dr. Nuno Prates, Conservador da Casa dos Patudos, e que a mesma tinha sido muito interessante, pois o Dr. Nuno Prates tinha falado com muita paixão das peças, e tinha mostrado o que de tão bonito e de tão bom Alpiarça tinha, divulgando assim a Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, que naquele programa se encontrava ao lado de grandes museus, como o Museu Nacional da Música, o Museu Calouste Gulbenkian e o Museu Nacional Grão Vasco. Em relação aos custos do carnaval virtual, disse que o mesmo tinha custado seiscentos euros, sendo tal montante equivalente aos prémios que seriam atribuídos ao primeiro, segundo e terceiro prémios de uma categoria e primeiro e segundo prémio de outra categoria. Aproveitou a intervenção para agradecer a todos os participantes e ao público que tinha colocado “gostos” no concurso online, e para dar os parabéns aos que tinham ganho os prémios nas várias categorias. -----

--- Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Mesa abriu mais um período de inscrições para perguntas rápidas. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Garciete Brito, que salientou que não seria muito difícil duplicar na página do Município, aquilo que era colocado diariamente na página pessoal do senhor Presidente da Câmara. Disse que não achava mal que o senhor Presidente da Câmara apelasse à solidariedade e a que as pessoas fossem cuidadosas, pelo contrário acho muitíssimo bem, no entanto quando se tinha passado dum situação de risco moderado, para uma situação muito grave, nessa transição não tinha visto qualquer mudança de discurso, no sentido de se poder chamar a atenção dos Municípios que o momento não era igual, que os cuidados tinham de ser redobrados, porque se estava numa situação de risco muitíssimo elevado. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que explicou que tinha colocado a questão se haveria algum problema de ordem técnica com o e-mail do senhor Presidente da Câmara e tinha ficado a saber que não, mas como no dia 28 de Janeiro, pelas 17 horas, já estava cansado de ver a iluminação pública ligada havia uma série de dias, tinha enviado uma fotografia com a identificação do local para o e-mail do senhor Presidente da Câmara, onde se via perfeitamente às 17h da tarde que a iluminação estava ligada, e como tal, achava estranho que passado um mês, exatamente à mesma hora, a iluminação continuasse ligada, sendo que tal situação representava consumos absolutamente desnecessários. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que em relação à informação sobre a Co-



vid - 19, voltou a referir que tinha sido uma opção manter a mesma forma de comunicar os dados desde o início, para não criar desconfiança, relativamente ao modo de comunicar os dados, mas não havia problema nenhum em colocar os dados também na página do Município, pois tais dados até eram fornecidos pelas entidades públicas. Quanto à questão do risco, referiu que o Concelho de Alpiarça nunca tinha estado em risco muitíssimo elevado, embora tivesse chegado a estar na categoria de risco muito elevado, pois era muito fácil em pouco tempo haver focos ativos e uma cadeia de contágio ativa, que fazia variar os números e em relação à mudança de discurso, frisou que se lembrava que no momento em que se tinha registado tal crescimento, tinha sido inclusivamente produzido um vídeo por parte do Município, no qual tinha feito uma comunicação, em que referia exatamente tais dados relativos à evolução mais dramática da situação, embora sempre se tivesse colocado numa posição de abordar de forma serena todo aquele processo, apelando sempre a que as pessoas não deixassem de viver, de exercer as suas atividades e os seus direitos, de intervir cívica e politicamente, com os necessários cuidados, pois em sua opinião não havia outra forma de enfrentar a situação. -----

--- De seguida, o senhor Presidente da Mesa informou o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, de que tinha em seu poder uma resposta da Câmara Municipal a uma solicitação sobre poupança energética, pelo que questionava como pretendia o senhor Deputado Municipal que o mesmo lhe fosse entregue, ao que o Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu pediu para que o documento fosse digitalizado e remetido por e-mail. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, para esclarecer que se tinha esquecido de referir que a situação da iluminação pública tinha sido encaminhada, tinha sido dado andamento à solicitação, pois o assunto tinha sido remetido imediatamente para os serviços, que tinham contactado a distribuidora, a EDP e depois tinha sido informado que a situação estava resolvida. Agradeceu a disponibilidade para a informação que tinha sido dada e pediu desculpa por eventualmente não ter respondido, mas ia tentar perceber o que se tinha passado.-----

---Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalho da sessão.-----

#### --- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1: Informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Para Conhecimento.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a atividade do Município estava a ser muito afetada pela situação da pandemia que se estava a viver, em particular as áreas cultural e desportiva, que acabavam por ter um papel muito menor nas ações das autarquias, e que como tal, tiveram que encontrar formatos diferentes dos habituais. Salientou as ações de desinfeção, levadas a cabo pelos Bombeiros Municipais, em colaboração com o Serviço Municipal Proteção Civil e com a própria GNR, sempre que ne-

cessário, realizadas em vários edifícios e outros espaços, quer municipais, quer espaços públicos, quer em edifícios públicos da Administração Central, nas escolas, nos lares e centros de dia, no próprio CAT e até em algumas empresas do Concelho, no Posto da GNR e no Centro Saúde. Disse que a ação social do Município continuava no terreno, com apoio logístico na compra de alimentos, de medicamentos, a realizar recados a pessoas que estavam em isolamento, confinadas e legalmente impedidas de sair de casa. Deu nota do decorrer do processo de vacinação, dizendo que numa primeira fase já tinham sido vacinados os utentes e funcionários da Fundação José Relvas e da ARPICA, sendo que Alpiarça tinha sido o primeiro Concelho da região a avançar para a vacinação daquelas, pessoas porque reunia as condições que estavam definidas no plano de vacinação, e portanto, não havia nenhum surto ativo e os números apontavam para a necessidade de colocar na primeira linha o Concelho. Referiu que se tinha iniciado, no dia 18 de Fevereiro, o processo mais geral da vacinação da população, começando pelas pessoas com mais de oitenta anos, e também as pessoas com mais de cinquenta anos, entre cinquenta e sessenta e cinco anos, que apresentassem situações de doenças de risco, tendo tal processo decorrido no Centro de Saúde, com a colaboração da Câmara Municipal, que tinha disponibilizado apoio logístico e uma funcionária para o apoio administrativo, no processo dos contactos, sendo que inclusivamente o CLDS 4G, que funcionava no âmbito da intervenção da própria ARPICA, também tinha colocado os técnicos a dar apoio a tal processo. Disse que tinha sido iniciado o processo de revisão da Carta Educativa de Alpiarça e da Carta dos Equipamentos Sociais, no âmbito na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, para que os Municípios pudessem estar em condições de fazer face às possibilidades que viessem a surgir no quadro comunitário seguinte ou até no fim do Portugal 20/20. -----

--- A senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo pediu a palavra, dizendo que queria aproveitar aquele ponto da atividade da Câmara Municipal, para fazer um agradecimento ao executivo da Câmara, pela colaboração na resposta dada a solicitações que chegavam por e-mail à Junta de Freguesia, para efetuar pequenos arranjos, tapar buracos ou arranjar passeios. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que no âmbito da informação sobre a revisão da Carta Educativa, questionou se de algum modo estava equacionada a hipótese do redirecionamento do Centro Escolar, pois pensava que atendendo ao número de crianças não iriam ser necessárias muito mais salas de aula, mas não lhe parecia de todo pedagógico, que as crianças a meio do seu percurso escolar tivessem que mudar de escola, ou seja, fizessem um ou dois anos numa determinada escola e depois tivessem que terminar o ciclo noutra escola, e esse tinha sido sempre o seu ponto de vista, nomeadamente, que tinha sido mal equacionado a dimensão do Centro Escolar, pelo que queria saber se efetivamente havia alguma ideia para que aquele espaço pudesse ser redimensionado. -----

--- O senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro pediu a palavra para destacar as atividades que a Biblioteca estava a desenvolver direcionadas à população, sobretudo à população mais jovem e mais idosa, mas de um modo geral a todas as pessoas, e disse que apesar da Biblioteca estar fechada, não estava vedada às

peças, pois a Biblioteca ia até às pessoas, com as suas várias iniciativas e projetos como “A Biblioteca ao seu Encontro”, os “Sábados a Contar”, as “4<sup>as</sup> aos Contos!” e ainda o “Conto-vós um Conto..., contem-nos um também!”, sendo por isso de destacar o trabalho desenvolvido pelos funcionários da Biblioteca, que permitia que a Biblioteca efetivamente não estivesse vedada às pessoas. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para salientar, também, a forma rápida como eram realizadas as intervenções sobre os pedidos que os municípios apresentavam na Junta de Freguesia e destacou, igualmente, a ação e as atividades da Biblioteca. Em relação ao processo de revisão da Carta Educativa, disse que o processo estava no início, tinha havido uma primeira reunião de preparação e estavam aos poucos a envolver os parceiros, o Agrupamento de Escolas, os serviços municipais e a própria Fundação José Relvas, no âmbito do Pré-Escolar e da Creche, mas ainda não tinham entrado no âmbito particular da discussão sobre o edificado e as opções de futuro quanto à dimensão do parque escolar. Referiu que, julgava que a opção pelo modelo daquele parque escolar, daquele edifício, tinha tido muito a ver com a disponibilidade financeira que existia, quer do próprio do Município, quer também de verbas dos fundos comunitários, na contratualização do Quadro Comunitário anterior, do QREN e que depois seriam afetadas ao Município de Alpiarça. Relembrou que tinha havido uma opção de investimento, considerável e necessário, na Casa Dos Patudos e aquilo que tinha sobrado tinha ido para a atual escola EB1 Professor Abel Avelino, regularmente chamado Centro Escolar. -----

---**Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

---**Ponto 2: Apreciação do Relatório Anual de Atividade de 2020 de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).Para Conhecimento.** -----

---O senhor Presidente da Mesa informou que não estava nenhum elemento da CPCJ presente, para poder eventualmente responder a questões sobre o ponto, mas como era costume todos os anos, os senhores Deputados que tivessem questões relacionadas com o relatório, ou qualquer outra questão que quisessem apresentar à CPCJ, teriam posteriormente a devida resposta. -----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Ana Rita Marques, para questionar o porquê de no quadro intitulado “Crianças e Jovens acompanhados por Nacionalidades em 2020”, constarem vinte e oito crianças cuja a nacionalidade era desconhecida, já que tal critério parecia bastante objetivo e bastante fácil de referir, pelo que não compreendia porque é que não tinha sido referido em vinte e oito casos. -----

---**Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

--- Antes de passar ao ponto seguinte, o senhor Presidente da Mesa deu nota que tinha recebido um telefonema do senhor Presidente da CPCJ, a dizer que nem todos os membros da comissão alargada nomeados e indicados pela Assembleia Municipal, compareciam com a assiduidade que deviam de comparecer e tal situação era recorrente, pelo que pedia às bancadas da CDU e do PS, que procurassem saber junto das pessoas nomeadas o motivo de tal situação. -----

--- **Ponto 3: Proposta e Aprovação da versão final do Regulamento de atribuição dos benefícios fiscais do**

**Município de Alpiarça. Para deliberação.**-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para referir que no n.º 1 do artigo 7.º constava que, para os sujeitos passivos com um volume de negócios, que no ano anterior não ultrapassasse os 150 mil euros, se aplica uma taxa reduzida de 1%, pelo que questionava a que é que se aplicava aquela taxa. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que respondeu que se aplicava à derrama. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 4: Apreciação e votação da Proposta distinção de unidade orgânica de 3.º grau e criação de uma unidade orgânica de 4.º grau. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para questionar se tal alteração iria implicar um aumento de pessoal do Município. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que respondeu que a proposta de extinção da unidade orgânica de 3.º grau e criação de duas unidades orgânicas de 4º grau, tinha como fundamento em termos de organização, tentar responder da melhor forma às necessidades do Município e também manter alguma estabilidade nos quadros do Município. Disse que a ação estava devidamente enquadrada e tinha sido dividida uma unidade orgânica de 3.º grau, que já existia mas nunca tinha sido ocupada, em duas unidades orgânicas, uma de Urbanismo, de Serviços Técnicos e Fiscalização e outra de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos. Explicou que iria ser desenvolvido um procedimento concursal, mas no sentido de não aumentar a despesa do Município, a proposta era no sentido da atribuição da 4.ª posição do escalão remuneratório de técnico superior, no montante de 1.618,00€-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, referindo que no edital que tinha recebido não estava escrito que iam ser duas unidades de 4.º grau, pelo menos que tivesse visto e a sua dúvida era exatamente aquela, ou seja, se iriam acabar com a de 3.º e criar uma de 4.º grau, mas já tinha percebido que era acabar com uma de 3.º grau e criar duas unidades orgânicas de grau 4.-----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria, com 8 votos a favor da CDU e 8 Abstenções 7 do PS e 1 do MUDA.** -

--- **Ponto 5: Apreciação e votação da Proposta Aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça. Alteração do mapa do pessoal para 2021.**-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para dizer que se ia abster, porque a informação impressa que tinha sido distribuída, relativamente ao quadro do pessoal e à alteração, era totalmente ilegível e por isso, não se conseguia perceber do que se tratava. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria, com 8 votos a favor da CDU e 8 Abstenções 7 do PS e 1 do MUDA.** -

--- **Ponto 6: Leitura e discussão e votação das atas da Assembleia Municipal.** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração prévia pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: “É-nos proposto aprovarem-se atas com a antiguidade de dois anos. Compreende-se a preocupação em encerrar o assunto, mas esta situação marca o exercício desta Assembleia Municipal, como exemplo do que não se deve fazer. Por regra, as atas deverão de ser aprovadas em reunião imediatamente a seguir. No caso da

*Assembleia Municipal de Alpiarça, tal não se verificou, porque ou não estavam preparadas, ou a sua redacção não permitia uma leitura minimamente interpretativa. É lamentável que assim tenha sucedido, e que esta mancha fique. Fica também o registo desta declaração, para memória futura. Com base nesta declaração prévia a bancada do PS vai assumir em todas as atas a sua abstenção na apreciação, quando ela se colocar”*. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, para dizer que quando recebeu as atas, tinha tido o cuidado de olhar para elas e fazer algumas considerações, alguns pedidos de alterações à redacção e julgava que as mesmas tinham sido atualizadas, mas sem a gravação das atas, para poder ir ver se estava tudo bem, não era fácil recordar o que tinha sido dito. Disse que em termos de português, e tal como já havia sido dito, as atas apresentadas eram impercetíveis, mas apesar disso não era normal que se demorasse tanto tempo a apresentar as atas, sendo que não estava a falar da ata de Dezembro, mas das atas com período temporal muito maior. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, dizendo que também concordava que as atas deviam ser aprovadas na reunião seguinte, mas também era verdade que muitas atas já tinham sido ali apresentadas, tinham sido solicitadas sugestões de alteração do que achavam que estava menos bem ou não condizia com a realidade, com o que se tinha passado, e a realidade era que tinha havido má vontade por parte de alguns deputados, propriamente da bancada do PS, em aprovar as atas e em que o assunto se resolvesse, tal como era feito anteriormente, e até durante os mandatos do PS, em que as atas iam às reuniões, eram feitas alterações nas reuniões e essas alterações eram aprovadas. Disse que era muito triste o que tinha acontecido ultimamente, porque tinham feito um “cavalo de batalha” com as atas, que estavam sempre a voltar para trás e não eram aprovadas. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que lamentava o que tinha acontecido com as atas, mas se não as aprovassem naquela altura, passariam mais três meses e mais velhas antigas as atas seriam. Disse que, no seu entender, as atas ali presentes estavam muitíssimas bem-feitas, mas compreendia perfeitamente todos os descontentamentos porque, de facto, havia razão para isso.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para falar da ata de 27 de Abril de 2019, frisando que já não se lembrava do que tinha dito, mas estava uma frase na ata que não fazia sentido, na página 15/31 no penúltimo parágrafo, onde se dizia “... frisou que para além ... pluviosidade .... nebulosidade ...”, pois a nebulosidade não provocava chuva, nem provocava alagamento, pelo que se verificava ali uma contradição, pelo que eram aquelas situações que faziam com que fosse difícil aprovar as atas, pelo que não era má vontade, mas as coisas às vezes estavam mal feitas.-----

--- **Ata de 28 de Fevereiro de 2019** -----

--- Aprovada por maioria com 6 abstenções (1 PS e 1 MUDA) e 6 votos favor (CDU).-----

--- **Ata de 24 de Abril de 2019** -----

--- Aprovado por maioria com 7 abstenções (6 PS e 1 MUDA) e 5 votos a favor (CDU). -----

--- **Ata de 27 de Abril de 2019** -----

--- Aprovada por maioria com 7 abstenções (6 PS e 1 MUDA) e 7 votos a favor (CDU). -----

--- **Ata de 26 de Junho de 2019** -----

--- Aprovada por maioria com 6 abstenções (5 PS e 1 MUDA) e 7 votos a favor (CDU). -----

--- **Ata de 27 de Setembro de 2019** -----

--- Aprovada por maioria com 5 abstenções (4 PS e 1 MUDA) e 6 votos a favor (CDU). -----

--- **Ata de 28 de Fevereiro de 2020** -----

--- Aprovado por maioria com 4 abstenções (3 PS e 1 MUDA) e 6 votos favor (CDU) -----

--- **Ata de 26 de Junho de 2020** -----

--- Aprovada por maioria com 5 abstenções (1 PS e 1 MUDA) e 6 votos a favor (CDU) -----

--- **Ata de 25 de Setembro de 2020** -----

--- Aprovada por maioria com 6 abstenções (1 PS e 1 MUDA) e 6 votos a favor (CDU). -----

--- **Ata de 18 de Dezembro de 2020** -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu interveio, para dizer que na página 4 da ata, na antepenúltima linha referia-se “... se prendiam com a liberdade e costumes”, devia estar “...usos e costumes”. ----

--- **Aprovado por unanimidade** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata para apresentar uma declaração de voto em relação às atas em que se absteve: “*Eu abstenho de votar o conteúdo das atas em consequência do lapso de tempo decorrido desde a realização da Assembleia. Não duvido da veracidade do que nelas está contido, mas a minha memória não me permite aquilatar do correto registo do que nelas efetivamente se passou, do que nelas efetivamente consta*”.-----

--- **Ponto 7: Apresentação e Discussão de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto n.º 2.** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que dentro do prazo tinham sido entregues uma Moção, um Voto de Pesar e um Voto de Congratulação. Referiu que, posteriormente foi recebido mais um Voto de Pesar, já fora de horas, apresentado pela bancada do PS, sendo que da sua parte não via inconveniente na votação do mesmo, mas tinha que solicitar autorização à Assembleia Municipal para que tal Voto de Pesar fosse aceite e ninguém se opôs.-----

--- **Moção ao Dia Internacional da Mulher apresentada pela senhora Deputada Fernanda Cardigo da bancada da CDU:**

*“Dia Internacional da Mulher. Este dia foi instituído em 1910 por proposta da revolucionária alemã Clara Zetkin. No ano seguinte, as mulheres organizaram grandes manifestações em vários países reivindicando direitos e melhores condições de vida. O Dia Internacional da Mulher permanece como um símbolo da luta emancipadora das mulheres. O nosso Concelho tem uma longa tradição de luta pelos direitos das mulheres. Comemorar é lutar, é resistir, é revitalizar, é revigorar energias. Nesse sentido e no ano atravessado por uma pandemia, que arrasta consigo uma crise sanitária de proporções sociais e económicas já visíveis e de incertezas futuras, são as mulheres que estão a ser as mais penalizadas e vários estudos reco-*

*nhecem que as maiores dificuldades estão a ser vividas pelas mulheres. Por ocasião do 8 de Março de 2021, a Assembleia Municipal de Alpiarça saúda as mulheres das mais variadas expressões culturais, económicas e sociais e etárias e expressa a sua solidariedade com as mulheres que em Portugal e no mundo lutam contra as consequências da pandemia nas suas vidas contra as desigualdades, discriminações e violências pela igualdade, progresso e a paz. Com a pandemia agravaram-se drasticamente as condições de vida das mulheres no trabalho e na família, aumentou a precariedade e a perda de rendimentos. Muitas mulheres e famílias ficaram privadas de rendimentos, e com o encerramento de milhares de micro e pequenas empresas, muitas perderam um terço do salário, para ficarem em casa a acompanhar os filhos, porque as creches e escolas estão encerradas. Com a pandemia, são redobradas as exigências para as mulheres que vão trabalhar todos os dias e para aquelas que, estando em teletrabalho, se confrontam com a impossibilidade de compatibilizar o trabalho e assistência aos filhos e à família. Neste quadro todas sentem uma maior sobrecarga com a organização da vida familiar e doméstica e crescentes dificuldades para organizar o tempo de trabalho e descanso, com riscos para a sua própria saúde. A Assembleia Municipal de Alpiarça apela ao reforço do Serviço Nacional de Saúde, para que garanta uma capacidade de resposta na prevenção da doença e no tratamento dos doentes com COVID e não COVID, e obviamente assegure as consultas de obstetrícia e assistência às mulheres no parto. Um SNS que tenha como lema a saúde de todos e sem exceções, sem desprezar a dignificação das carreiras de todos os seus profissionais, os seus tempos de descanso e o direito a contratos de trabalho que garantem a estabilidade no emprego, ao acesso rápido e universal à vacinação para proteger vidas e combater o vírus, à proteção da saúde das trabalhadoras de todos os sectores onde estão obrigadas a laborar presencial ou remotamente. Simultaneamente, defende a urgência de melhorar a vida dos trabalhadores em geral e das mulheres trabalhadoras corrigindo as desigualdades, apela ao Governo o aumento de salários e do salário mínimo nacional, garantir salário igual para trabalho igual, garantir a assistência à família com pagamento do salário a 100%, mais apoio social aos sectores da restauração e hoteleira, da agricultura familiar, do turismo e da cultura onde o emprego das mulheres tem grande peso, mais e melhores transportes, habitação condigna e acessível, creches públicas gratuitas e escolas com os equipamentos informáticos adequados para o ensino e conforto para as crianças. A implementação de medidas suplementares de proteção social no desemprego e na doença, na melhoria do abono de família, no aumento das pensões da reforma e de apoio às pessoas com deficiência, o reforço da prevenção e combate à violência doméstica e tráfico de seres humanos. O reconhecimento da prostituição como um flagelo social crescente, uma exploração e uma grave forma de violência sobre as mulheres e crianças. Alpiarça, 26 de Fevereiro de 2021, a bancada da CDU". -----*

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que subscrevia inteiramente o conteúdo da Moção, mas tinha uma dúvida, logo no início quando se dizia “... este dia foi instituído em 1910 por proposta .... Clara Zetkin”, pois julgava que tinha sido instituído posteriormente, em data muito posterior, já que as revoltas tinham de facto começado em 1910, lideradas por Clara Zetkin, mas o Dia Internacional da

Mulher havia sido formalmente instituído pelas Nações Unidas, em 1960 ou 70, embora esse fosse só um pequeno esclarecimento.-----

--- O senhor Deputado Municipal Carlos Marques tomou a palavra, para informar que em princípio se ia abster na Moção, porque pensava que a mesma não contemplava todas as mulheres, pois estavam a falar de mulheres trabalhadoras e as mulheres trabalhadoras tinham a sua dignidade, tinham direito a trabalhar e tudo mais, mas as mulheres que tinham escolhido ser “donas de casa” também eram mulheres e também tinham dignidade na sua escolha. Disse que se congratulava, porque tinha sido uma vitória para as mulheres uma notícia que tinha visto, sobre uma mulher que tinha conseguido em tribunal que o marido lhe pagasse uma indemnização de 60 mil euros, pelo trabalho doméstico que ela lhe tinha prestado durante toda a vida, sendo que depois de divorciada esse trabalho tinha sido reconhecido em tribunal como trabalho digno e tal sentença contribuía muito para a dignidade das mulheres. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para referir que julgava que datas com aquela carga deviam ser o mais transversais possível e deviam ser conseguidas através de um reconhecimento que ultrapassasse posições com bases partidárias, com bases interpretativas dotadas pelas ideologias marcantes. Referiu que, para si, falar no Dia Internacional da Mulher era falar de dignidade em termos universais, e que essencialmente via aquele dia ligado à conquista e à manutenção e ao desenvolvimento da dignidade, sendo que era por aí se devia ficar. Frisou que a redação da moção estava na liberdade do redator ou da redatora, que naquele caso não tinha feito tal opção e tinha tentado acrescentar conceitos que pouco tinham a ver com aquela universalidade da dignidade e ao fazê-lo, em sua opinião, tinha conseguido destruir o que era uma Moção de enaltecimento do Dia Internacional e do movimento de reivindicação da dignidade. Disse que, por esse motivo era manifestamente impossível aprovar um texto que desvirtuava a data, que desvirtuava a comemoração.-----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Ana Margarida Céu, referindo-se a uma parte do documento no qual se falava que a Assembleia Municipal apelava a que se assegurassem as consultas de obstetrícia e a assistência às mulheres em parto, relacionando isso com a COVID, mas julgava que em fase alguma, mesmo nas fases piores da COVID, nunca tinha sido posta em causa a nível do SNS essa assistência. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para dizer que não conseguia perceber em parte nenhuma do texto o que é que não dignificava o papel da mulher, pois o papel da mulher estava ali perfeitamente dignificado naquele texto, até mesmo o da mulher que trabalhava em casa, porque não deixava de ser uma mulher trabalhadora, e como tal, por entender que todo o texto dignificava o papel da mulher, ia votar favoravelmente.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, dizendo que julgava que estavam a tentar colocar palavras na boca das pessoas, que não tinham sido ditas, pois ninguém tinha dito que o texto desvirtuava o papel da mulher, mas sim o Dia Internacional da Mulher, que reconhecia a importância, o contributo da mulher na sociedade e tinha como objetivos, para além da comemoração do Dia Internacional da Mulher, re-



cordar as conquistas da mulher, a luta contra o preconceito, fosse ele de carisma sexual, religioso, económico. Frisou que ninguém tinha falado em não dignificar o papel da mulher, mas o que estava naquela Moção não dignificava o Dia Internacional da Mulher, pois de acordo com a sua perceção do documento, o mesmo devia enaltecer o Dia Internacional da Mulher, mas tinha uma redação infeliz ao tentar juntar “alhos com bugalhos”, ao misturar conceitos, sendo que tal não era necessário para elevar um dia em que todos se congratulavam com a sua comemoração. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, explicando que em nenhuma intervenção tinha sido beliscada a dignidade da mulher, e o que tinha sido dito era que tinham sido misturados conceitos, que desvirtuavam o verdadeiro conceito do dia, da luta e do fator fundamental que era consagrar uma igualdade de direitos entre o homem e a mulher e era nisso que a Moção se deveria basear. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, para explicar que não era difícil de entender a diferença de posturas de estar na sociedade, de analisar o Dia Internacional da Mulher, o que o mesmo tinha sido e para que é que tinha sido implantado. Frisou que a mulher trabalhadora era a mulher que lutava todos os dias, fosse em casa a fazer o almoço, o jantar, a limpar a casa para quando o marido chegasse do trabalho, a tomar conta dos filhos ou a trabalhar nos diversos locais de trabalho, a tratar do COVID, ou onde quer que estivesse, pois o Dia Internacional da Mulher seria sempre um dia de luta e um dia em que defendiam a mulher trabalhadora ou a ela mulher fosse ela qual fosse e onde estivesse.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Nuno Prates, dizendo em relação à Moção que só podia votar a favor, pois aquele era efetivamente um documento que enaltecia o Dia Internacional da Mulher, dignificava o papel da mulher na sociedade e ao contrário do que tinha sido dito, não era uma má redação e pelo contrário, era uma valorização da história da luta da mulher. Disse que aquela Moção, era sem sombra de dúvida uma Moção que relatava e apelava ao verdadeiro papel, cada vez mais difícil, da mulher na sociedade, até porque todas as mulheres eram trabalhadoras independentemente de estarem em casa, de terem o seu trabalho, e por isso, aquele era realmente um documento que dignificava a mulher e que valorizava a história da luta pela mulher.-----

--- A senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo interveio para dizer que não compreendia de maneira nenhuma, que defender os direitos das mulheres fosse apenas defender a igualdade entre os homens e as mulheres, pois achava que ia muito para além disso, mas naturalmente compreendia muito bem que seria muito mais fácil fazer aprovar uma Moção em que se dissesse: “Aí que pena que este ano não podemos comemorar o Dia da Mulher, não podemos ir todas para o restaurante fazer uma festa!”. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal para salientar que cada pessoa da bancada tinha o direito de votar da maneira que bem entendesse, mas não conseguia entender que por uma questão de pormenores, não se votasse a favor. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria, com 9 votos a favor da 8 da CDU e 1 do MUDA e 7 Abstenções do PS.**-----

**--- Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos do Carmo apresentado pela senhora Deputada Municipal Anabela Costa da bancada da CDU.**-----

*“A Assembleia Municipal de Alpiarça manifesta profundo pesar pelo falecimento do fadista e cantor Carlos do Carmo, no passado dia 1 de Janeiro, poucos dias depois ter completado 81 anos. Com uma carreira de décadas, com início nos anos 60 do século passado, Carlos do Carmo foi simultaneamente continuador e inovador, tendo sabido incorporar no fado e na canção tradicionais elementos de outras correntes musicais, deixando-nos um lugar de extraordinárias interpretações que constituem referências únicas da música portuguesa e que para sempre ficarão na memória coletiva do nosso povo. Do seu repertório constam fados ou canções como “Lisboa, menina e moça”, “Estrela da Tarde”, “Canoas do Tejo” ou “Por morrer uma andorinha” que perduraram para sempre no inventário da cultura portuguesa. Importa recordar Carlos do Carmo, a voz segura e tranquila, as novas abordagens ao fado que desde sempre praticou e que fizeram dele muito mais do que um fadista, mas também a permanente disponibilidade pela demanda de um mundo melhor e mais justo, traduzido nas causas que apoiou ao longo da vida”. -----*

--- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que gostava que tivesse sido dito que o mesmo tinha sido o principal responsável para que o fado fosse considerado património material da humanidade. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Nuno Prates para dizer que se devia acrescentar que Carlos do Carmo tinha sido um dos grandes impulsionadores da criação do Museu do Fado.-----

**--- Aprovado por unanimidade.**-----

**--- Voto de Congratulação apresentado pelo senhor Deputado Municipal Carlos Marques da bancada do Partido Socialista** -----

*“No passado dia 24 de Janeiro de 2021, realizou-se a eleição para o Presidente da República, tendo todo o processo corrido dentro da normalidade possível, sem que existam até à data de hoje quaisquer indicações ou suspensões de irregularidades. Poucos dias antes da eleição, o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna Antero Luís, admitiu à comunicação social a dificuldade em formar mesas de voto em vários concelhos. O papel dos elementos que compõem as mesas de voto é fulcral para o funcionamento correto de qualquer eleição. Num período marcado pela incerteza e pelo medo, só um elevado sentido de dever democrático permitiu que no Concelho de Alpiarça todas as mesas funcionassem da melhor forma e em estrito cumprimento das regras sanitárias em vigor. Sendo um papel muitas vezes menosprezado, os elementos que compõem as mesas de voto devem merecer da nossa parte todo o respeito e neste caso concreto, de reconhecimento. A bancada do Partido Socialista de Alpiarça na Assembleia Municipal de Alpiarça, propõe que o Município de Alpiarça congratule publicamente todos os elementos presentes nas mesas de voto para as eleições presenciais no Concelho de Alpiarça. Alpiarça, 25 de Fevereiro de 2021 a Assembleia Municipal de Alpiarça, bancada do Partido Socialista”.-----*

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para referir que concordava com aquele voto

de congratulação, embora houvesse uma parte que não entendia muito bem, que era quando se admitia que aquele era muitas vezes um papel menosprezado, pois pela sua força política não era de certeza absoluta, porque se havia força política que valorizava aquele papel importante que os cidadãos tinham de desempenhar, que era estarem numa mesa de voto durante várias horas, abdicando da família e do seu tempo, esse partido era aquele que representava. Disse, por outro lado, que não seria justo e não ficaria bem consigo se perante um voto daqueles não dissesse que a força política que tinha apoiado um determinado candidato, que era o candidato João Ferreira, tinha tido um papel fundamental na constituição das mesas no Concelho de Alpiarça, porque numa altura em que tinha havido dificuldade em formar algumas mesas de voto, a candidatura do João Ferreira tinha disponibilizado pessoas que não estavam indicadas para tal, para fazerem parte das lista, tinha disponibilizado cidadãos, munícipes para completarem algumas mesas que provavelmente se não fosse dessa forma ficariam incompletas ou teria de se encontrar outra forma. Aproveitou, também, para se congratular com a forma como o ato eleitoral decorreu em Alpiarça, com todas as condições de segurança, sendo também de destacar o papel dos serviços da Câmara Municipal, que tinham sido incansáveis na forma como tinham encarado aquela tarefa, bem como o papel do Vereador João Arraiolos, que por impedimento do Presidente da Câmara tinha sido o responsável por todo o ato eleitoral. Terminou, dizendo que a candidatura do João Ferreira tinha sido a única que tinha apresentado delegados em todas as mesas.-----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, dizendo que àquele voto de congratulação se juntava também a sua primeira intervenção naquela Assembleia Municipal, feita no período antes da ordem do dia, e tal como tinha dito o seu colega de bancada, também achava estranho o uso da palavra menosprezado, até porque fazia parte das mesas de voto havia já muitos anos, desde os 18 anos e nunca se tinha sentido menosprezada por fazer parte das mesas, considerando aliás que tal função era uma honra. Referiu que compreendia aquele voto de congratulação, que estava solidária com o mesmo, até porque tinha sido difícil juntar as pessoas, que talvez tivessem medo ou se sentissem inseguras em participar, mas tinha havido de facto uma higienização permanente do espaço, o que tinha sido muito importante. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, começando por dizer que se estava a tentar levar o assunto para um lado que não era o normal, pois não havia ali forças políticas que menosprezassem os atos eleitorais ou os elementos das mesas, pelo que o menosprezo referido não era da parte das forças políticas, mas talvez das pessoas da sociedade, que não entendiam que não era fácil estar nas mesas desde as sete horas da manhã até, por vezes, às dez e onze da noite, no caso dos delegados, ainda mais sendo voluntários, que não recebiam absolutamente nada. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para dizer que achava que havia ali uma confusão relativamente ao menosprezar, pois o menosprezar não era depreciar, não é desvalorizar, o entendimento não era esse, pois menosprezar era não dar o devido apreço, era esse o significado e era nesse sentido e com esse significado que a palavra ali está. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para esclarecer que não tinha sido ele o redator da proposta, mas de qualquer forma fazia suas as palavras dos seus camaradas, pelo que entendia que a palavra menosprezar não era direcionada a forças políticas, mas sim a pessoas fora da política, que até tentavam denegrir muitas vezes a imagem da política e menosprezar quem estava nas mesas de voto. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para acrescentar à sua intervenção anterior, que a Junta de Freguesia também tinha tido um papel muito importante no ato eleitoral, sobretudo naquele ano em que tinham havido os votos antecipados, pois antes dos membros terem formado as mesas já a Junta de Freguesia tinha em todas as mesas votos antecipados e tinha também tido ao longo do dia um papel importante, pois quer a Presidente da Junta, quer os membros da Junta de Freguesia tinham estado destacados para essa tarefa.-----

--- **Aprovado por unanimidade.**-----

--- **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Mário Raimundo apresentado pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu da bancada do Partido Socialista.**-----

*“Mário Raimundo Mira da Costa, tinha 68 anos de idade e partiu para a viagem sem regresso. A pandemia que assola o mundo, não permitiu que no passado dia 10 de Fevereiro, nos pudéssemos despedir do Mário Raimundo e pudéssemos, olhando-o no rosto dizer do orgulho de com ele termos convivido, de com ele termos aprendido, de com ele termos valorizado o sabor da amizade. Mário Raimundo dedicou grande parte da sua atividade profissional ao serviço da causa pública, na Câmara Municipal de Alpiarça, onde atingiu o grau máximo da carreira como encarregado geral. Ao longo de muitos anos de atividade, o chefe Mário como carinhosa e respeitosamente era conhecido pelos que com ele trabalhava, desenvolveu relações de companheirismo e amizade, mas também de respeito e admiração pelas suas qualidades profissionais. Estas qualidades foram o espelho da sua ação e em grande parte da sua vida ativa, foram devidamente reconhecidas e valorizadas. Todos os que tiveram a felicidade de conviver pessoal ou profissionalmente com Mário Raimundo terão muitas memórias de um homem dedicado, generoso e amigo. Essas são as recordações gratas do chefe Mário e permanecerão com cada um de nós. Neste momento que é de dor, prestamos à sua mulher, pai, filhos e restante família o nosso pesar mais sentido pela perda tão violenta e injusta do seu ente querido”. -----*

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu referiu que o voto era apresentado pela bancada do Partido Socialista e como era evidente, deveria ser aprovado e ser dado conhecimento a todos os familiares, bem como ser feito o reconhecimento público de tal perda no órgão de imprensa do Concelho, que logicamente apontava para o Voz de Alpiarça. -----

--- **Aprovado por unanimidade.**-----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Foi dada a palavra ao público, não tendo havido pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 00h12m. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente Assembleia Municipal Fernando Louro \_\_\_\_\_

1.ª Secretária Fernanda Garnel \_\_\_\_\_

2.º Secretário João Osório \_\_\_\_\_

--- Alpiarça, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.-----